

No. 38503

**Brazil
and
Bolivia**

**Agreement on educational cooperation between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Bolivia (with annex).
La Paz, 26 July 1999**

Entry into force: *13 August 2001 by notification, in accordance with article XVII*

Authentic texts: *Portuguese and Spanish*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Brazil, 25 June 2002*

**Brésil
et
Bolivie**

Accord de coopération éducative entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République de Bolivie (avec annexe). La Paz, 26 juillet 1999

Entrée en vigueur : *13 août 2001 par notification, conformément à l'article XVII*

Textes authentiques : *portugais et espagnol*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Brésil, 25 juin 2002*

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO DE COOPERAÇÃO EDUCACIONAL ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA BOLÍVIA

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Bolívia
(doravante denominados “Partes Contratantes”),

Reconhecendo a importância da cooperação entre ambos os países
no campo educacional;

Conscientes de que o acelerado desenvolvimento científico e
tecnológico global exige uma nova visão para buscar a excelência de seus
recursos humanos, e

No intuito de incrementar a cooperação educacional e
interuniversitária entre ambos os países, tornando cada vez mais sólida a
tradicional amizade que une o Brasil e a Bolívia,

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

As Partes Contratantes comprometem-se a desenvolver as relações
bilaterais no âmbito da cooperação educacional e do desenvolvimento científico,
com vistas a contribuir para um melhor conhecimento das atividades no setor,
observadas as respectivas legislações nacionais vigentes.

ARTIGO II

O presente Acordo, sem prejuízo dos convênios firmados diretamente entre instituições de ensino e outras entidades afins de ambos os países, observadas as legislações das Partes Contratantes, tem por objetivo:

- a) o fortalecimento da cooperação educacional e interuniversitária;
- b) a formação e o aperfeiçoamento de docentes e pesquisadores;
- c) o intercâmbio de informações e experiências;
- d) o fortalecimento da cooperação entre equipes de pesquisa; e
- e) o incremento da produção científica.

ARTIGO III

As Partes Contratantes procurarão alcançar os objetivos estabelecidos no Artigo II, promovendo o desenvolvimento de atividades de cooperação nos diferentes níveis e modalidades de ensino, por meio de:

- a) intercâmbio de docentes e de pesquisadores para realização de cursos de pós-graduação em instituições de ensino superior;
- b) intercâmbio de missões de ensino e pesquisa, de curta ou longa duração, para desenvolvimento de atividades estabelecidas previamente entre instituições de ensino superior;
- c) elaboração e execução conjunta de projetos e pesquisas, bem como troca de documentação e publicação dos resultados de tais pesquisas;
- d) intercâmbio de técnicos, especialistas e dirigentes com a finalidade de melhorar o conhecimento recíproco dos respectivos sistemas de ensino fundamental, médio e profissional, bem como dos programas e métodos didáticos;
- e) intercâmbio de alunos e professores estabelecido entre instituições de ensino médio e profissional; e
- f) intercâmbio de discentes de nível superior nas diferentes áreas do conhecimento.

ARTIGO IV

1. Cada Parte Contratante procurará incentivar a criação e o funcionamento, no território da outra Parte Contratante, de instituições para o ensino e difusão de seus idiomas e culturas.
2. As Partes Contratantes buscarão conceder facilidades para o ingresso e permanência dos professores contratados pelas instituições a que se refere o presente Artigo.

ARTIGO V

Cada Parte Contratante procurará:

- a) estimular, como opção de língua estrangeira, nos currículos de nível médio e superior, o ensino de idiomas da outra Parte Contratante, respeitando as prioridades estabelecidas em cada país sobre o tema;
- b) promover, em cursos de pós-graduação ou de extensão universitária, o ensino da literatura, da história e da cultura da outra Parte Contratante; e
- c) criar disciplinas, optativas e não-curriculares, de língua portuguesa, literatura e cultura brasileiras nas universidades bolivianas, bem como literatura, cultura e línguas nacionais bolivianas nas universidades brasileiras.

ARTIGO VI

1. Cada Parte Contratante oferecerá, anualmente, bolsas de estudo e/ou facilidades a estudantes em nível de pós-graduação da outra Parte Contratante, para aperfeiçoamento acadêmico e profissional.
2. As quantidades e modalidades dessas bolsas e/ou facilidades serão comunicadas por via diplomática.

ARTIGO VII

1. Cada Parte Contratante permitirá o ingresso de estudantes nacionais da outra Parte Contratante em seus estabelecimentos de ensino, isentando-os de taxas de matrícula e mensalidades durante o curso, no âmbito de programas específicos de intercâmbio.
2. A seleção dos estudantes de que trata este Artigo será realizada pelas instâncias nacionais pertinentes, segundo os procedimentos vigentes, e coordenada pelos Ministérios das Relações Exteriores de cada país, observando:

- a) o cumprimento dos objetivos propostos no presente Acordo; e
 - b) a regulamentação vigente de cada país para a seleção dos candidatos, bem como as normas de conduta a serem cumpridas pelos estudantes.
3. Cada Parte Contratante dará conhecimento à outra do regulamento de cada país para a seleção dos estudantes de que trata este Artigo.

ARTIGO VIII

1. Os estudantes das Partes Contratantes que estejam à margem de programas específicos de intercâmbio acadêmico deverão cumprir com as disposições administrativas e acadêmicas vigentes no país em que serão realizados os estudos.
2. A efetivação da transferência, de um país para o outro, dos estudantes universitários de que trata este Artigo, obedecerá às normas e regras específicas do país que o acolherá.

ARTIGO IX

1. Cada Parte Contratante, mediante solicitação por via diplomática, concederá matrículas de cortesia em cursos de graduação ou pós-graduação, em estabelecimentos de ensino superior, sem prestação de exame de ingresso, aos estudantes estrangeiros que acompanhem e sejam dependentes de nacionais da outra Parte Contratante que:

- a) figurem na Lista Diplomática ou na Lista Consular; ou
- b) sejam funcionários acreditados como membros de Missão Diplomática ou Repartição Consular no território de uma das Partes Contratantes.

ARTIGO X

1. O reconhecimento e/ou revalidação de diplomas e títulos acadêmicos outorgados pelas instituições de ensino superior de cada uma das Partes Contratantes estará sujeito à legislação do país em que for solicitado.

2. Para fins exclusivos de ingresso em cursos de pós-graduação, serão aceitos, sem necessidade de revalidação, os diplomas de nível superior expedidos por instituições de ensino superior oficialmente registradas e reconhecidas em seus respectivos países, desde que devidamente registrados pelas repartições competentes e pela autoridade consular local.

ARTIGO XI

1. As Partes Contratantes, por intermédio de suas instâncias governamentais competentes, garantirão o reconhecimento e o aproveitamento imediato dos estudos de nível fundamental e médio ou de seus equivalentes na área da educação formal, de acordo com a tabela de equivalência anexa ao presente Acordo. Assegurarão, ainda, a dispensa dos exames nas matérias de História, Geografia, Instrução Cívica, Português e Espanhol.

2. Os certificados de conclusão de estudos correspondentes aos níveis fundamental e médio deverão ser legalizados pela repartição consular competente. Será aceito o “Histórico Escolar”, no caso brasileiro, e o “Título de Bachiller” ou o “Certificado de Estudios”, no caso boliviano.

ARTIGO XII

1. Os estudos concluídos na modalidade de educação de adultos serão revalidados da mesma forma prevista no Artigo XI do presente Acordo.

2. Os estudos não concluídos nesta mesma modalidade de ensino serão revalidados em função das disciplinas anteriormente concluídas com aprovação, ajustando-se as restantes à estrutura curricular e à modalidade vigente em cada país.

ARTIGO XIII

As Partes Contratantes estimularão o intercâmbio permanente de experiências na área educacional, bem como comunicarão eventuais modificações nas nomenclaturas de séries e níveis e nas respectivas legislações.

ARTIGO XIV

As autoridades competentes das Partes Contratantes estudarão os meios mais adequados à perfeita execução do Acordo e proporão modificações eventualmente necessárias, envidando esforços para criar condições propícias à realização plena dos altos objetivos do presente Acordo.

ARTIGO XV

Para velar pela aplicação do presente Acordo, as Partes Contratantes reunir-se-ão periodicamente por interesse mútuo, em data a ser estabelecida por via diplomática.

ARTIGO XVI

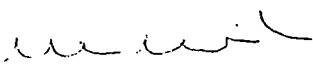
O presente instrumento substituirá, na data de sua entrada em vigor, as partes referentes aos temas educacionais do Convênio de Intercâmbio Cultural, celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República da Bolívia, em 29 de março de 1958.

ARTIGO XVII

1. Cada Parte Contratante notificará a outra sobre o cumprimento das respectivas formalidades legais internas para a vigência do presente Acordo, o qual entrará em vigor 30 (trinta) dias após a data da última destas notificações.
2. O presente Acordo poderá ser modificado nos termos do parágrafo 1 deste Artigo.
3. O presente Acordo terá validade por tempo indeterminado, a menos que uma das Partes Contratantes comunique à outra, por nota diplomática, a sua decisão de denunciá-lo. A denúncia terá efeito 6 (seis) meses após a data da referida nota.
4. A denúncia do presente Acordo não afetará os programas em execução, a menos que as Partes Contratantes dispõem de outro modo.

Feito na cidade de La Paz, em 26 de julho de 1999, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.


PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL
Luiz Felipe Lampreia


PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
DA BOLÍVIA
Javier Murillo de la Rocha

A N E X O I

Tabela de Equivalência de Estudos Fundamental e Médio entre o Brasil e a Bolívia

BRASIL	BOLÍVIA
1º Fundamental	1º Primário
2º Fundamental	2º Primário
3º Fundamental	3º Primário
4º Fundamental	4º Primário
5º Fundamental	5º Primário
6º Fundamental	6º Primário
7º Fundamental	7º Primário
8º Fundamental	8º Primário
1º Médio	1º Secundário
2º Médio	2º Secundário
3º Médio	3º Secundário
-	4º Secundário

INTERPRETAÇÃO DA TABELA DE EQUIVALÊNCIA

1. A Educação Fundamental no Brasil equivale ao nível Primário na Bolívia.
2. A leitura da Tabela de Equivalência é horizontal até o 2º Ano Secundário na estrutura boliviana e o 2º Ano Médio na estrutura brasileira.
3. A conclusão do 2º Ano Médio no Brasil dá direito a ingressar no 3º Ano Secundário na Bolívia, devendo ser concluído com o 4º Ano Secundário para a obtenção do "Título de Bachiller".
4. A conclusão do 2º Ano Secundário na Bolívia dá direito ao ingresso no 3º Ano Médio no Brasil, onde se completam os estudos da Educação Média brasileira.
5. A conclusão do 3º Ano Secundário na Bolívia exige cursar o 3º Ano Médio no Brasil, para o reconhecimento da conclusão da Educação Média brasileira.

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

ACUERDO DE COOPERACION EDUCATIVA ENTRE EL GOBIERNO DE LA
REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL Y EL GOBIERNO DE LA
REPUBLICA DE BOLIVIA

El Gobierno de la República Federativa del Brasil

y

El Gobierno de la República de Bolivia
(en adelante denominados "Partes Contratantes"),

Reconociendo la importancia de la cooperación entre ambos países
en el campo educacional;

Conscientes de que el acelerado desarrollo científico y tecnológico
global exige una nueva visión para buscar la excelencia de sus recursos
humanos, y

Con el objetivo de incrementar la cooperación educacional e
interuniversitaria entre ambos países, tomando cada vez más firme la tradicional
amistad que une a Brasil y Bolivia,

Acuerdan lo siguiente:

ARTICULO I

Las Partes Contratantes se comprometen a desarrollar las relaciones
bilaterales en el ámbito de la cooperación educacional y del desarrollo científico,
a fin de contribuir a un mejor conocimiento de las actividades en el sector,
observadas las respectivas legislaciones nacionales vigentes.

ARTICULO II

El presente Acuerdo, sin perjuicio de los convenios firmados directamente entre instituciones de enseñanza y otras entidades afines de ambos países, observadas las legislaciones de las Partes Contratantes, tiene por objetivo:

- a) el fortalecimiento de la cooperación educativa e interuniversitaria;
- b) la formación y el perfeccionamiento de docentes e investigadores;
- c) el intercambio de informaciones y experiencias;
- d) el fortalecimiento de la cooperación entre equipos de investigación; y
- e) el incremento de la producción científica.

ARTICULO III

Las Partes Contratantes procurarán alcanzar los objetivos establecidos en el Artículo II promoviendo el desarrollo de actividades de cooperación en los diferentes niveles y modalidades de enseñanza, por medio de:

- a) intercambio de docentes y de investigadores para realizar cursos de post grado en instituciones de enseñanza superior;
- b) intercambio de misiones de enseñanza e investigación, de corta o larga duración, para el desarrollo de actividades previamente establecidas entre instituciones de enseñanza superior;
- c) elaboración y ejecución conjunta de proyectos e investigaciones, así como intercambio de documentación y publicación de los resultados de tales investigaciones;

- d) intercambio de técnicos, especialistas y autoridades con la finalidad de mejorar el conocimiento recíproco de los respectivos sistemas de enseñanza básica, media y profesional, así como de los programas y métodos didácticos;
- e) intercambio de alumnos y profesores establecido entre instituciones de enseñanza media y profesional; y
- f) intercambio de estudiantes de nivel superior en las diferentes áreas del conocimiento.

ARTICULO IV

1. Cada Parte Contratante procurará incentivar la creación y el funcionamiento en el territorio de la otra Parte Contratante de instituciones para la enseñanza y difusión de sus idiomas y culturas.

2. Las Partes Contratantes procurarán conceder facilidades para el ingreso y permanencia de los profesores contratados por las instituciones a que se refiere el presente Artículo.

ARTICULO V

Cada Parte Contratante procurará:

- a) estimular, como opción de idioma extranjero, en los programas de estudio de nivel medio y superior, la enseñanza de idiomas de la otra Parte Contratante, respetando las prioridades establecidas en cada país sobre el tema;
- b) promover, en cursos de post grado o de extensión universitaria, la enseñanza de literatura, de historia y de la cultura de la otra Parte Contratante;
- c) crear disciplinas, optativas y no curriculares, de idioma portugués, literatura y cultura brasileñas en las universidades bolivianas, así como literatura, cultura e idiomas nacionales bolivianos en las universidades brasileñas.

ARTICULO VI

1. Cada Parte Contratante ofrecerá, anualmente, becas de estudio y/o facilidades a estudiantes a nivel de post grado de la otra Parte Contratante para perfeccionamiento académico y profesional.

2. Las cantidades y modalidades de estas becas y/o facilidades serán comunicadas por vía diplomática.

ARTICULO VII

1. Cada Parte Contratante permitirá el ingreso de estudiantes nacionales de la otra Parte Contratante en sus establecimientos de enseñanza, eximiéndolos de tasas de matrícula y mensualidades durante la carrera en el ámbito de programas específicos de intercambio.

2. La selección de estudiantes, de que trata este Artículo, será realizada por las instancias nacionales pertinentes, según los procedimientos vigentes y coordinada por los Ministerios de Relaciones Exteriores de cada país, observando:

a) el cumplimiento de los objetivos propuestos en el presente Acuerdo; y,

b) la reglamentación vigente de cada país para selección de los candidatos, así como las normas de conducta a ser cumplidas por los estudiantes.

3. Cada Parte Contratante pondrá a conocimiento de la otra, el reglamento de cada país para la selección de los estudiantes de que trata este Artículo.

ARTICULO VIII

1. Los estudiantes de las Partes Contratantes que estén al margen de programas específicos de intercambio académico deberán cumplir con las disposiciones administrativas y académicas vigentes en el país en el que serán realizados los estudios.

2. La efectivización de la transferencia, de un país al otro, de los estudiantes universitarios de que trata este Artículo, obedecerá a las normas y reglas específicas del país que lo acogerá.

ARTICULO IX

Cada Parte Contratante, mediante solicitud por vía diplomática, concederá matrículas de cortesía en cursos de grado o post grado, en instituciones de enseñanza superior sin rendir examen de ingreso, a los estudiantes extranjeros que acompañen y sean dependientes de nacionales de la otra Parte Contratante que:

a) figuren en la Lista Diplomática o en la Lista Consular; o

b) sean funcionarios acreditados como miembros de Misión Diplomática o Repartición Consular, en el territorio de una de las Partes Contratantes.

ARTICULO X

1. El reconocimiento y/o revalidación de diplomas y títulos académicos otorgados por las instituciones de enseñanza superior de cada una de las Partes Contratantes estará sujeto a la legislación del país en el que fuera solicitado.

2. Para fines exclusivos de ingreso en cursos de post grado, se aceptarán, sin necesidad de revalidación, los diplomas de nivel superior expedidos por instituciones de enseñanza superior oficialmente registradas y reconocidas en sus respectivos países, siempre y cuando se encuentren debidamente registrados por las reparticiones competentes y por la autoridad consular local.

ARTICULO XI

1. Las Partes Contratantes, por intermedio de sus instancias gubernamentales competentes, garantizarán el reconocimiento y el aprovechamiento inmediato de los estudios de nivel básico y medio o de sus equivalentes en el área de la educación formal, de acuerdo a la tabla de equivalencias anexa al presente Acuerdo. Asegurarán, también la exención de los exámenes en las materias de Historia, Geografía, Instrucción Cívica, Español y Portugués.

2. Los certificados de conclusión de estudios correspondientes a los niveles básico y medio deberán ser legalizados por la Repartición Consular competente. Se aceptará el "Histórico Escolar", en el caso brasileño, y el "Título de Bachiller" o "Certificado de Estudios", en el caso boliviano.

ARTICULO XII

1. Los estudios concluidos en la modalidad de educación de adultos serán revalidados de la misma forma prevista en el Artículo XI del presente Acuerdo.

2. Los estudios no concluidos en esta misma modalidad de enseñanza serán revalidados en función de las disciplinas anteriormente concluidas con aprobación, ajustándose las restantes a la estructura curricular y a la modalidad vigente en cada país.

ARTICULO XIII

Las Partes Contratantes estimularán el intercambio permanente de experiencias en el área educacional, así como comunicarán eventuales modificaciones en las nomenclaturas de series y niveles y en las respectivas legislaciones.

ARTICULO XIV

Las autoridades competentes de las Partes Contratantes estudiarán los medios más adecuados para la perfecta ejecución del Acuerdo y propondrán modificaciones eventualmente necesarias, aunando esfuerzos para crear condiciones propicias a la realización plena de los altos objetivos del presente Acuerdo.

ARTICULO XV

Para velar por la aplicación del presente Acuerdo, las Partes Contratantes se reunirán periódicamente por interés mutuo, en fecha a establecerse por vía diplomática.

ARTICULO XVI

El presente instrumento substituirá, en la fecha de su entrada en vigencia, las partes referentes a los temas educacionales del Convenio de Intercambio Cultural, celebrado entre la República Federativa del Brasil y la República de Bolivia el 29 de marzo de 1958.


ARTICULO XVII

1. Cada Parte Contratante notificará a la otra el cumplimiento de las respectivas formalidades legales internas para la vigencia del presente Acuerdo, el que entrará en vigor 30 (treinta) días después de la fecha de la última de estas notificaciones.
2. El presente Acuerdo podrá ser modificado conforme los términos del párrafo 1 de este Artículo.
3. El presente Acuerdo tendrá validez por tiempo indeterminado, a no ser que una de las Partes Contratantes comunique a la otra, por nota diplomática, su decisión de denunciarlo. La denuncia tendrá efecto 6 (seis) meses después de la fecha de la referida nota.
4. La denuncia del presente Acuerdo no afectará los programas en ejecución, a no ser que las Partes Contratantes dispongan de otra manera.

Hecho en la ciudad de La Paz, a los veintiséis días del mes de julio de mil novecientos y noventa y nueve años, en dos ejemplares originales, en los idiomas portugués y español, siendo ambos textos igualmente auténticos.


POR EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA
FEDERATIVA DEL BRASIL

Luiz Felipe Lampreia


POR EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA
DE BOLIVIA

Javier Murillo de la Rocha

TABLA DE EQUIVALENCIA DE ESTUDIOS
PRIMARIO Y SECUNDARIO ENTRE BOLIVIA Y BRASIL

BOLIVIA	BRASIL
1° Primario	1° Fundamental
2° Primario	2° Fundamental
3° Primario	3° Fundamental
4° Primario	4° Fundamental
5° Primario	5° Fundamental
6° Primario	6° Fundamental
7° Primario	7° Fundamental
8° Primario	8° Fundamental
1° Secundario	1° Medio
2° Secundario	2° Medio
3° Secundario	3° Medio
4° Secundario	

INTERPRETACION DE LA TABLA DE EQUIVALENCIA

1. La Educación Fundamental en Brasil es equivalente al nivel Primario de Bolivia.
2. La lectura de la Tabla de Equivalencia es horizontal hasta el 2° Secundario de la estructura boliviana y el 2° medio de la estructura brasileña.
3. La conclusión del 2° Medio en Brasil da derecho a ingresar al 3° Secundario en Bolivia, debiendo cumplir con el 4° Secundario para obtener el Título de Bachiller.
4. La Conclusión del 2° Secundario en Bolivia da derecho a ingresar al 3° Medio en Brasil, con lo que quedan concluidos los estudios en la Educación Media brasileña.
5. La conclusión del 3° Secundario en Bolivia exige cursar el 3° Medio en Brasil, para el reconocimiento de la conclusión de la Educación Media Brasileña.

[TRANSLATION - TRADUCTION]

AGREEMENT ON EDUCATIONAL COOPERATION BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF BOLIVIA

The Government of the Federative Republic of Brazil and

The Government of the Republic of Bolivia

(hereinafter referred to as "the Contracting Parties"),

Recognizing the importance of cooperation between the two countries in the area of education,

Realizing that accelerated global scientific and technological development requires a new vision to promote the excellence of their human resources, and

Desiring to increase educational and university cooperation between the two countries, enhancing the traditional friendship uniting Brazil and Bolivia,

Have agreed as follows:

Article I

The Contracting Parties shall develop bilateral relations in the area of educational cooperation and scientific development, in order to improve knowledge of activities in the sector, subject to respect for their national laws in force.

Article II

Without prejudice to the agreements concluded directly between educational institutions and other similar entities of the two countries, and subject to respect for the laws of the Contracting Parties, the purpose of this Agreement shall be:

- (a) The enhancement of educational and university cooperation;
- (b) The training and further training of professors and researchers;
- (c) The exchange of information and experience;
- (d) The enhancement of cooperation between research teams; and
- (e) The expansion of scientific activity.

Article III

The Contracting Parties shall attain the goals established in article II by promoting the development of cooperation activities at the various educational levels and in the various educational systems, by means of:

- (a) The exchange of professors and researchers to conduct post-graduate courses at institutions of higher education;

- (b) The exchange of short-term or long-term teaching and research missions to perform activities previously decided between institutions of higher education;
- (c) Formulation and joint implementation of projects and research, as well as exchange of documentation and publication of the results of such research;
- (d) Exchange of technicians, experts and authorities with a view to improving reciprocal knowledge of the respective systems of basic, secondary and vocational education and of teaching curricula and methods;
- (e) Exchange of students and teachers between institutions of secondary and vocational education; and
- (f) Exchange of advanced-level students in the various areas of knowledge.

Article IV

1. Each Contracting Party shall encourage the creation and operation in the territory of the other Contracting Party of institutions for the teaching and dissemination of its languages and culture.
2. The Contracting Parties shall grant facilities for the entry and stay of professors recruited by the institutions referred to in this article.

Article V

Each Contracting Party shall:

- (a) Encourage the teaching of the languages of the other Contracting Party as a foreign language option in secondary and higher education curricula, while respecting the priorities established in each country in this matter;
- (b) Promote, in post-graduate or university extension courses, the teaching of the literature, history and culture of the other Contracting Party;
- (c) Create optional and extra-curricular studies of Portuguese language and Brazilian literature and culture at Bolivian universities and of Bolivian literature, culture and national languages at Brazilian universities.

Article VI

1. Each Contracting Party shall annually offer study fellowships and/or facilities to post-graduate students of the other Contracting Party for academic and vocational training.
2. The amounts of and arrangements for such fellowships and/or facilities shall be notified through the diplomatic channel.

Article VII

1. Each Contracting Party shall admit students who are nationals of the other Contracting Party to its educational establishments, waiving enrolment and tuition fees during the course in the context of specific exchange programmes.

2. For the purposes of this article, the students shall be selected by the relevant national bodies, according to existing procedures and under the coordination of the Ministry of Foreign Affairs of each country, with due regard for:

- (a) The attainment of the goals proposed in this Agreement; and
- (b) The regulations existing in each country for the selection of candidates, as well as the standards of behaviour to be observed by students.

3. Each Contracting Party shall notify the other of its regulations for the selection of the students referred to in this article.

Article VIII

1. Students from the Contracting Parties who are involved in specific academic exchange programmes shall be required to comply with the administrative and academic arrangements in force in the country in which they will be studying.

2. The transfer from one country to the other of the university students referred to in this article shall become effective in accordance with the specific standards and rules of the receiving country.

Article IX

1. If so requested through the diplomatic channel, each Contracting Party shall grant courtesy enrolment in graduate or post-graduate courses at institutions of higher education, without an entry examination, to foreign students accompanying and dependent on nationals of the other Contracting Party who:

- (a) Appear on the diplomatic list or on the consular list; or
- (b) Are accredited as members of a diplomatic mission or consular agency in the territory of one of the Contracting Parties.

Article X

1. The recognition and/or revalidation of academic diplomas and degrees awarded by the institutions of higher education of each of the Contracting Parties shall be subject to the legislation of the country in which they are requested.

2. For the sole purpose of acceptance at post-graduate courses, higher-level diplomas awarded by institutions of higher education officially registered and recognized in their respective countries shall be accepted without need for revalidation, provided that they are duly registered by the competent agencies and by the local consular authority.

Article XI

1. The Contracting Parties, through their competent government bodies, shall guarantee the recognition and immediate applicability of basic and secondary studies or their equivalent in the area of formal education, in accordance with the table of equivalencies

annexed to this Agreement. They shall also grant exemption from examinations in the subjects of history, geography, civic education, Spanish and Portuguese.

2. School-leaving certificates for basic and secondary studies shall be authenticated by the competent consular agency. The "Histórico Escolar", in the case of Brazil, and the "Título de Bachiller" or "Certificado de Estudios", in the case of Bolivia, shall be accepted.

Article XII

1. Studies completed in the adult education system shall be revalidated in the manner specified in article XI of this Agreement.

2. Uncompleted studies in this same education system shall be revalidated on the basis of the subjects successfully completed previously, and the remaining subjects shall be adjusted to the curriculum structure and arrangements existing in each country.

Article XIII

The Contracting Parties shall encourage the ongoing exchange of experience in the area of education, and shall notify each other of any changes in the nomenclature for series and levels and in their respective legislation.

Article XIV

The competent authorities of the Contracting Parties shall study the best way of ensuring the correct application of the Agreement and shall propose any amendments that may be necessary, joining efforts to create conditions conducive to the full attainment of the lofty objectives of this Agreement.

Article XV

In order to monitor the application of this Agreement, the Contracting Parties shall meet periodically in their common interest, at dates to be established through the diplomatic channel.

Article XVI

Upon entry into force, this instrument shall replace the sections referring to educational topics in the Cultural Exchange Agreement between the Federative Republic of Brazil and the Republic of Bolivia of 29 March 1958.

Article XVII

1. Each Contracting Party shall notify the other of the completion of the respective domestic legal formalities for the entry into force of this Agreement, which shall take effect 30 (thirty) days after the date of the last such notification.

2. This Agreement may be amended in the manner specified in paragraph 1 of this article.

3. This Agreement shall remain in force indefinitely, unless one of the Contracting Parties notifies the other, by a diplomatic note, of its decision to terminate it. The termination shall take effect 6 (six) months after the date of the above-mentioned note.

4. The termination of this Agreement shall not affect programmes being implemented, unless the Contracting Parties decide otherwise.

Done at La Paz on 26 July 1999 in two originals in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally authentic.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

LUIZ FELIPE LAMPREIA

For the Government of the Republic of Bolivia:

JAVIER MURILLO DE LA ROCHA

ANNEX

EQUIVALENCY TABLE FOR PRIMARY AND SECONDARY STUDIES BETWEEN
BRAZIL AND BOLIVIA

<i>Brazil</i>	<i>Bolivia</i>
1st basic	1st primary
2nd basic	2nd primary
3rd basic	3rd primary
4th basic	4th primary
5th basic	5th primary
6th basic	6th primary
7th basic	7th primary
8th basic	8th primary
1st intermediate	1st secondary
2nd intermediate	2nd secondary
3rd intermediate	3rd secondary
4th secondary	4th secondary

INTERPRETATION OF THE EQUIVALENCY TABLE

1. Basic education in Brazil is equivalent to the primary level in Bolivia.
2. The equivalency table is read horizontally up to the 2nd secondary level in Bolivia and the 2nd intermediate level in Brazil.
3. Completion of the 2nd intermediate in Brazil allows entry into the 3rd secondary in Bolivia, and the 4th secondary must be completed in order to obtain the Título de Bachiller.
4. Completion of the 2nd secondary in Bolivia allows entry into the 3rd intermediate in Brazil, after which secondary education is completed in Brazil.
5. Completion of the 3rd secondary in Bolivia requires completion of the 3rd intermediate in Brazil, for recognition of completion of Brazilian secondary education.

[TRANSLATION - TRADUCTION]

ACCORD DE COOPÉRATION EN MATIÈRE D'ÉDUCATION ENTRE LE
GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET
LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE DE BOLIVIE

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et
Le Gouvernement de la République de Bolivie (ci après dénommés les " Parties contractantes "),

Reconnaissant l'importance de la coopération entre les deux pays dans le domaine de l'éducation;

Conscients que le développement accéléré de la science et de la technologie dans le monde exige une vision nouvelle pour poursuivre l'excellence de leurs ressources humaines;

Cherchant à accroître la coopération éducationnelle et interuniversitaire en raffermissant sans cesse la traditionnelle amitié qui unit le Brésil et la Bolivie;

Conviennent comme suit :

Article premier

Les Parties contractantes s'engagent à développer leurs relations bilatérales dans le domaine de la coopération éducationnelle et du développement scientifique en vue de contribuer à une meilleure connaissance des activités dans ce secteur, dans le respect de leurs respectives législations nationales.

Article II

Le présent Accord a pour objectifs, sans préjudice des accords conclus directement entre des établissements et institutions connexes, dans le respect des législations des Parties contractantes :

- a) Le renforcement de la coopération éducationnelle et interuniversitaire;
- b) La formation et le perfectionnement d'enseignants et de chercheurs;
- c) Les échanges de renseignements et de données d'expérience;
- d) Le renforcement de la coopération entre équipes de recherche; et
- e) L'accroissement de la production scientifique.

Article III

Les Parties contractantes s'efforcent d'atteindre les objectifs prévus à l'article II en favorisant par les moyens suivants le développement de la coopération aux différents degrés et dans les différentes catégories de l'enseignement :

- a) Échanges d'enseignants et de chercheurs pour la réalisation de cours du troisième degré dans des établissements d'enseignement supérieur;
- b) Échanges de missions d'enseignement et de recherche, de courte ou de longue durée, pour le développement d'activités préalablement convenues entre établissements d'enseignement supérieur;
- c) Élaboration et exécution conjointe de projets et de recherches, ainsi qu'échanges de documentation et publication des résultats de telles recherches;
- d) Échanges de techniciens, de spécialistes et de dirigeants aux fins d'approfondir la connaissance réciproque des systèmes respectifs d'enseignement élémentaire, moyen et professionnel, ainsi que des programmes d'enseignements et des méthodes didactiques;
- e) Échanges d'élèves et d'enseignants dans le cadre d'accords entre établissements d'enseignement moyen et professionnel; et
- f) Échanges d'étudiants de l'enseignement supérieur dans les différents domaines du savoir.

Article IV

1. Chaque Partie contractante s'efforce d'encourager la création et le fonctionnement, dans le territoire de l'autre Partie contractante, d'établissements pour l'enseignement et la diffusion de ses langues et de ses cultures.

2. Les Parties contractantes s'efforcent d'accorder des facilités pour l'entrée et le séjour des enseignants engagés par les établissements dont il est question dans le présent Accord.

Article V

Chaque Partie contractante s'efforce :

- a) de favoriser, parmi les langues étrangères offertes dans les programmes d'études des niveaux moyen et supérieur, l'enseignement de la langue de l'autre Partie contractante, en respectant les priorités établies en la matière dans chaque pays;
- b) de promouvoir, au niveau du troisième cycle ou de la vulgarisation universitaire, l'enseignement de la littérature, de l'histoire et de la culture de l'autre Partie contractante;
- c) de créer des cours à option et des cours hors programme d'enseignement du portugais et de littérature et culture brésiliennes dans les universités boliviennes, et de littérature, cultures et langues nationales boliviennes dans les universités brésiliennes.

Article VI

1. Chaque Partie contractante offre chaque année des bourses d'études et (ou) des facilités aux étudiants du troisième cycle de l'autre Partie contractante pour leur perfectionnement académique et professionnel.

2. Les montants et modalités de ces bourses et facilités sont communiqués par la voie diplomatique.

Article VII

1. Chaque Partie contractante autorise l'entrée dans ses établissements d'enseignement des étudiants ayant la nationalité de l'autre Partie contractante, en franchise de droits d'inscription et de frais de scolarité, dans le cadre de programmes d'échanges spécifiques.

2. La sélection des étudiants dont il est question au présent Accord est faite par les instances nationales compétentes, selon les procédures en vigueur et sous la coordination du Ministère des relations extérieures de chaque pays, en observant :

- a) La réalisation des objectifs proposés dans le présent Accord; et
- b) La réglementation en vigueur dans chaque pays pour la sélection des candidats, ainsi que les règles dont le respect incombe aux étudiants.

3. Chaque Partie contractante notifie à l'autre le règlement en vigueur dans chaque pays pour la sélection des étudiants, dont il est question au présent article.

Article VIII

1. Les étudiants des Parties contractantes qui ne ressortissent pas aux programmes spécifiques d'échanges académiques doivent satisfaire aux conditions administratives et académiques en vigueur dans le pays où les études doivent être réalisées.

2. Le transfert d'un pays à l'autre des étudiants universitaires dont il est question au présent article est assujéti aux normes et règles spécifiques du pays d'accueil.

Article IX

1. Chaque Partie contractante accorde, en réponse à une demande présentée par la voie diplomatique, l'inscription gracieuse aux cours de diplôme ou du troisième cycle des établissements d'enseignement supérieur, sans examen d'admission, aux étudiants étrangers qui font partie du foyer ou sont à la charge des nationaux de l'autre Partie contractante qui :

- a) Figurent sur la liste du corps diplomatique ou consulaire; ou
- b) Sont accrédités comme membres de la mission diplomatique ou des établissements consulaires dans le territoire de l'une des Parties contractantes.

Article X

1. La reconnaissance et (ou) la validation des diplômes et titres académiques décernés par les établissements d'enseignement supérieur de chacune des Parties contractantes sont régies par la législation du pays où elle est demandée.

2. Les diplômes de l'enseignement supérieur délivrés par des établissements d'enseignement supérieur officiellement agréés dans leur pays respectif sont acceptés, aux seules fins de l'admission aux cours de troisième cycle, dès lors qu'ils sont dûment enregistrés par l'autorité compétente et par l'établissement consulaire local.

Article XI

1. Les Parties contractantes garantissent, par l'intermédiaire de leurs instances officielles compétentes, la reconnaissance et la validité immédiates des études des niveaux élémentaire et moyen ou de leurs équivalents dans le domaine de l'enseignement régulier, conformément au tableau d'équivalence reproduit en annexe au présent Accord. Elles garantissent en outre la dispense d'examens dans les disciplines suivantes : histoire, géographie, instruction civique, portugais et espagnol.

2. Les certificats de fin d'études correspondant aux niveaux élémentaire et moyen doivent être légalisés par le service consulaire compétent. Sont acceptés les certificats intitulés " Histórico escolar " émis au Brésil; et " Título de Bachiller " ou " Certificado de estudios " émis en Bolivie.

Article XII

1. Les études complètes réalisées dans le régime de l'enseignement des adultes sont validées comme le prévoit l'article XI du présent Accord.

2. Les études incomplètes poursuivies dans ledit régime sont validées en fonction des disciplines dont l'étude a été complétée avec succès, le reste étant apprécié selon la structure des programmes et régimes d'enseignement en vigueur dans chaque pays.

Article XIII

Les Parties contractantes encouragent les échanges permanents de données d'expérience et se communiquent réciproquement les modifications éventuellement apportées par leur législation respective à la nomenclature des séries et des niveaux de scolarité.

Article XIV

Les autorités compétentes des Parties contractantes étudient les moyens qui conviennent le mieux à la bonne exécution du présent Accord et proposent les modifications éventuellement nécessaires en s'efforçant de créer des conditions propices à la pleine réalisation des objectifs du présent Accord.

Article XV

Pour veiller à l'application du présent Accord, les Parties contractantes se réunissent périodiquement d'un commun accord à des dates dont il est convenu par la voie diplomatique.

Article XVI

Le présent Accord remplace, dès son entrée en vigueur, les dispositions relatives aux questions d'éducation, qui figurent dans l'Accord relatif aux échanges culturels conclu entre la République fédérative du Brésil et la République de Bolivie le 29 mars 1958.

Article XVII

1. Chacune des Parties contractantes notifie à l'autre l'accomplissement des formalités nécessaires à l'entrée en vigueur du présent Accord, laquelle interviendra 30 jours après la date de la dernière de ces notifications.

2. Le présent Accord peut être modifié comme en dispose le paragraphe 1 du présent article.

3. Le présent Accord a une durée indéterminée, à moins que l'une ou l'autre des Parties contractantes n'adresse à l'autre, par la voie diplomatique, une note annonçant sa décision de le dénoncer. La dénonciation déploiera alors ses effets six mois après la date de ladite note.

4. À moins que les Parties contractantes n'en conviennent autrement, la dénonciation du présent Accord ne porte pas atteinte aux programmes en cours d'exécution.

Fait à La Paz le 26 juillet 1999 en deux exemplaires originaux en portugais et en espagnol, les deux textes étant également authentiques.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :
Le Ministre d'État aux relations extérieures,
LUIZ FELIPE LAMPREIA

Pour le Gouvernement de la République de Bolivie :
Le Ministre des relations extérieures,
JAVIER MURILLO DE LA ROCHA

ANNEXE

TABLEAU D'ÉQUIVALENCE DES ÉTUDES DE L'ENSEIGNEMENT ÉLÉMENTAIRE ET MOYEN AU BRÉSIL ET EN BOLIVIE

<i>Brésil</i>	<i>Bolivie</i>
1° Fundamental	1° Primario
2° Fundamental	2° Primario
3° Fundamental	3° Primario
4° Fundamental	4° Primario
5° Fundamental	5° Primario
6° Fundamental	6° Primario
7° Fundamental	7° Primario
8° Fundamental	8° Primario
1° Médio	1° Secundario
2° Médio	2° Secundario
3° Médio	3° Secundario
4° Médio	4° Secundario

Interprétation du tableau d'équivalence

1. Le niveau dit " Fundamental " au Brésil équivaut au niveau dit " Primario " en Bolivie.

2. L'équivalence est directement horizontale jusqu'aux cours " 2° Secundario " dans la structure bolivienne et " 2° Médio " dans la structure brésilienne.

3. La conclusion du cours " 2° Médio " au Brésil donne accès au cours " 3° Secundario " en Bolivie, lequel exige en outre la conclusion du cours " 4° Secundario " pour l'obtention du titre dit " Título de Bachiller ".

4. La conclusion du cours " 2° Secundario " en Bolivie donne accès au cours " 3° Médio " au Brésil, au niveau duquel se terminent les études de l'enseignement moyen brésilien.

5. La conclusion du cours " 3° Secundario " en Bolivie exige d'avoir terminé avec succès le cours " 3° Médio " au Brésil pour obtenir la reconnaissance des études complètes de l'enseignement moyen brésilien.

